



Prefeitura Municipal de Assis

ESTADO DE SÃO PAULO

CF-

LEI Nº 733, DE 23 DE ABRIL DE 1.960.-

Autoriza a Prefeitura Municipal a doar ao Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, imóvel para construção de prédio para Unidade de Saúde e posteriormente a assinar contrato de empreitada com o mesmo Instituto.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ASSIS:

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e enciono a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Assis autorizada a alienar ao Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, por doação, o imóvel abaixo descrito, situado nesta cidade, para, nos termos do decreto estadual nº 12.762, de 18 de junho de 1942, modificado pelo decreto nº 27.167, de 4 de janeiro de 1957, nele se construir prédio para funcionamento de Unidade de Saúde, a saber:

"Um terreno de forma retangular, medindo 60,65 m. (sessenta metros e sessenta e cinco centímetros) para a rua Marechal Deodoro e 60,65 m. (sessenta metros e sessenta e cinco centímetros) na linha dos fundos, com 49,50 m. (quarenta e nove metros e cinquenta centímetros) de frente aos fundos, com área de 3.002,275 m². (três mil e dois metros, vinte e sete centímetros e meio quadrados), confrontando do lado direito de quem da rua olha para o terreno, com a rua Santa Cecília; pelo lado esquerdo e com parte dos fundos com terreno de propriedade da Prefeitura Municipal de Assis; e pelos fundos ainda com terreno de propriedade do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, destinado à construção de prédio para a Delegacia Regional Agrícola."

Artigo 2º - Na escritura de doação a ser lavrada após a apresentação pela Prefeitura Municipal, de toda documentação exigida pelo Instituto de Previdência, constará cláusula expressa pela qual o donatário não poderá pelo prazo de (cinco) 5 anos, dar ao imóvel destinação diversa da prevista nesta lei.

§ - único - Na referida escritura constará, ainda, cláusula onde a Prefeitura Municipal responderá pela evicção do imóvel doado, obrigando-se a desapropriá-lo e doá-lo novamente ao Instituto de Previdência do Estado se ele, a qualquer título, for reivindicado por terceiro ou an-



Prefeitura Municipal de Assis

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 733, DE 23 DE ABRIL DE 1.960.-
continuação - fls. 2 -

ampliada a primeira doação, tudo sem ônus para aquela Autarquia.

Artigo 3º - A doação é irrevogável, excetuada a hipótese a que alude o artigo 2º, parte final, desta lei.

Artigo 4º - Após realizada a doação de que trata esta lei, a Prefeitura assinará contrato de empreitada com o Instituto de Previdência do Estado, para construção do predio referido no Artigo 1º, a ser executada pelo seu Departamento de Obras, por conta do referido Instituto, no terreno cuja doação ora se autoriza.

§ - único - Poderá a Prefeitura Municipal transferir o contrato, mediante concorrência pública, à firma registrada no Instituto de Previdência do Estado, previamente julgada capacitada por aquele a desempenhar o encargo, profissional e financeiramente, em função do vulto da obra.

Artigo 5º - A construção de predio de que trata o artigo 1º, deverá iniciar-se dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da lavratura da escritura de doação, ficando, porém, na dependência dos recursos orçamentários destinados para esse fim, no Instituto de Previdência, e obedecerá aos padrões, projetos, orçamentos, especificações, cláusulas, planos e condições contratuais a que se refere o Decreto nº 27.167, de 4 de janeiro de 1.957, supracitado.

Artigo 6º - A despesa com a execução da presente lei correrá por conta da verba 8-1-1/8-13-4- Despesas Diversas- item II- do orçamento vigente.

Artigo 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.-

Prefeitura Municipal de Assis, em 23 de abril de 1.960.-

J. A. Ribeiro
José Augusto Ribeiro
Prefeito Municipal

E. Nobille
Euclydes Nobille
Diretor Administrativo.

Publicado na Diretoria Administrativa da Prefeitura, em 23 de abril de 1.960.

E. Nobille
Euclydes Nobille
Diretor Administrativo.